

O TRABALHO FAZ-SE ESPECTÁCULO: A PESCA, OS BANHOS E AS MODALIDADES DO OLHAR

Francisco Oneto Nunes

Considerando que a variabilidade geográfica, histórica e sociológica dos contextos em que se produzem as actividades humanas é susceptível de gerar diferentes modalidades de utilização dos sentidos, este texto procura identificar diferenças no significado social das práticas do olhar características dos trabalhadores do mar e dos demais figurantes sazonais utilizadores das margens oceânicas – dos turistas, banhistas e outros adeptos do lazer balnear. A percepção deste contraste decorre, justamente, das diferentes formas de utilização da praia, evidenciando os “excessos” do desejo e as relações de poder implícitas na coexistência dessas práticas e nos processos históricos que as constituem.

“Estar num promontório à beira-mar a olhar para ocidente enquanto o Sol se põe no Atlântico é partilhar uma experiência humana intemporal” (Cunliffe 2001: 1).

“...o mais belo testemunho é o do próprio mar. Isto tem de ser dito e repetido. É preciso vê-lo, uma e tantas vezes. (...) o mar restitui pacientemente as experiências do passado, devolve-lhes as primícias da vida, coloca-as sob um céu, numa paisagem que podemos ver com os nossos próprios olhos, análogos aos de outrora” (Braudel 2001: 17).

As questões que pretendo explorar neste texto¹ resultam, fundamentalmente, da minha própria experiência de terreno entre as companhias de arte xávega do litoral central português, ao longo da primeira metade da década de 1990.² À semelhança do que sucede noutros contextos marítimos, a propriedade comum dos recursos, a aleatoriedade da sua captação e o retorno cíclico (mas imprevisível) dos períodos de escassez, assim como o vasto conjunto de circunstâncias associadas aos mecanismos concorrenciais dos mercados, conduzem os trabalhadores do mar e suas famílias a um agonismo exacerbado, gerador de emoções de raiva, cobiça e desespero. A inveja – enquanto sentimento aglutinador desse vasto espectro de emoções – assume a forma de um idioma que exprime não só as relações políticas e económicas locais, a

¹ Na sua maior parte, os materiais expostos constituem parte integrante da minha tese de doutoramento em vias de finalização, integrando, também, alguns parágrafos que foram previamente apresentados noutras publicações. Todas as citações de textos publicados em línguas que não a portuguesa são aqui apresentadas em tradução livre; a ortografia dos textos portugueses citados foi actualizada.

² A pesquisa não teria sido possível sem o apoio da JNICT/FCT, que financiou o meu projecto de doutoramento através das bolsas FMRH/BD/757 e PRAXIS XXI/BD/11175.

forte competição, as rivalidades e os conflitos, as solidariedades e a ajuda entre indivíduos e grupos afectos às unidades produtivas e às famílias mas, também, as vicissitudes do desejo, a fantasia, as ideias acerca do mal, da sorte, da vida e da morte. Veículo privilegiado dos imaginários, o idioma da inveja pressupõe, também, nos discursos e nas práticas que o constituem, uma ênfase peculiar em torno do sentido da visão, já que o olhar é, justamente, o *locus* da acção da inveja e a metáfora, por excelência, da percepção e da transmissão do mal que se encontra associado ao infortúnio na pesca.

No entanto, a compreensão do modo de vida destas populações não é dissociável do universo mais vasto de relações que mantêm com os outros grupos e sectores da sociedade local e nacional em que se inserem e com os quais mantêm laços de natureza diversa. Assim, admitindo que a variabilidade geográfica, histórica e sociológica dos contextos em que se produzem as actividades humanas é susceptível de gerar diferentes modalidades de utilização dos sentidos,³ argumentarei que as modulações do olhar, ou as práticas visuais dos intervenientes no imenso drama humano que é a vida do mar e da pesca divergem, necessariamente, das práticas visuais dos demais figurantes sazonais frequentadores das margens oceânicas – dos turistas, banhistas e outros adeptos do lazer balnear. A percepção deste contraste decorre, justamente, das diferentes formas de utilização da praia, evidenciando, em qualquer dos casos, os “excessos” e as ambiguidades do desejo bem como as relações de poder implícitas na coexistência dessas práticas e nos processos históricos que as constituem.

Começarei por perspectivar historicamente o processo de ocupação do litoral central português e o conjunto de deslocações populacionais que lhe dão corpo. Num segundo momento, referir-me-ei mais demoradamente aos banhos de mar e à sensibilidade burguesa perante a beira-mar, expressa nalguns dos testemunhos literários que evidenciam o contraste entre as práticas do olhar emergentes das referidas deslocações.

Importa pois, em primeiro lugar, compreender que a ocupação humana das frentes marítimas do litoral central resulta de um *processo de conjugação de interesses* afectos a grupos sociais e ocupacionais distintos, nomeadamente: pescadores, lavradores, comerciantes, representantes da administração central e banhistas. Ainda que alguns desses interesses sejam divergentes – e, mesmo, conflituais – é da sua conjugação no dispositivo espacial único da beira-mar que emergem, a partir de finais do século XVIII, novas formas de ocupação, utilização e transformação desta vasta parcela de território até então praticamente desértica. Nos areais instalam-se não só pescadores oriun-

³ Ver, por exemplo, Walter J. Ong (1967), Donald M. Lowe (1982), Alain Corbin (1990), Paul Stoller (1990), David Howes (1991), Anthony Synnott (1993), Constance Classen (1993).

dos de outros locais e em demanda, sempre, de melhores condições mas, ainda, muita gente pobre do mundo rural envolvente, excluída da posse da terra e em busca, também, de oportunidades de trabalho.⁴ Depois, ao longo da segunda metade do século XIX, a beira-mar constituiu-se também como um lugar de lazer para a burguesia urbana. A partir de então, o progresso impõe as suas marcas sobre o espaço e, à medida que se desenvolve a actividade piscatória e se vão povoando os cordões dunares que defendem o litoral, os contrastes acentuam-se enormemente: nas praias de melhor acessibilidade, mais frequentadas pelos banhistas vindos das grandes vilas e cidades do interior, surgem hotéis, cafés, salões de baile e casas de jogo, como em Espinho e no Furadouro; noutros locais, como, por exemplo, nas praias de Esmoriz e de Vieira de Leiria, inicia-se a construção de palheiros “de luxo” que se alugam aos veraneantes, nalguns casos com múltiplas divisões, dois pisos, grandes varandins e escadarias exteriores. Mas nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os pescadores, explorados pelos senhorios das companhias, são desprezados pelos poderes públicos e sobrecarregados de impostos, segregados e condenados a migrarem sazonalmente para fugir à miséria, enquanto a burguesia letrada que vem a banhos nas estâncias balneares se entretém a determinar os traços do seu carácter e a descrevê-los como descendentes de fenícios, gregos e púnicos.

De facto, as condições de sobrevivência oferecidas por muitas destas novas povoações de casebres de madeira encavalitados nas dunas não eram suficientes para a fixação permanente das populações: havia que contar não só com as dificuldades de transportes e com a relativa incipiência dos mercados mas, sobretudo, com os próprios condicionamentos impostos pelo meio e pela natureza dos recursos. Assim, as movimentações populacionais continuaram, envolvendo efectivos cada vez mais elevados: de Verão, a safra da sardinha com as grandes redes de arrastar para a praia ocupava alguns milhares de pessoas mas, chegando o Inverno, grande parte desta gente via a fome entrar-lhes em casa, pelo que deixavam para trás os seus palheiros e iam pescar para outras paragens.

A dispersão iniciada no século XVIII, a partir da orla lagunar da Ria de Aveiro para os areais adjacentes, estende-se para norte até à foz do Douro e à Régua e, para sul, até S. Jacinto e ao cabo Mondego; depois, alastra mais

⁴ Processo que, para o século XIX, foi descrito em Vieira de Leiria (Nunes 1993) e no litoral minhoto (Cole 1994) e, para o século XX, no litoral alentejano (Mendes e Menezes 1996). É de salientar que processos similares ocorreram, também, noutros pontos da Europa: nas margens do norte do Mar Báltico, por exemplo, “a maior parte das comunidades piscatórias começaram por ser instalações sazonais usadas por pescadores agricultores durante o Verão. O aumento da pressão populacional e a proletarização fizeram com que os camponeses sem terra se convertessem em pescadores e povoações como aquela que aqui se retrata tornaram-se habitadas ao longo de todo o ano” (Löfgren 1979: 96). Também aqui, como no litoral central, estas transformações se encontram associadas à introdução de novos tipos de redes que permitem aumentar as capturas, motivando o afastamento de gente dos campos para a beira-mar.

para sul e conhece os seus maiores fluxos com a deslocação de muitas destas populações para os estuários do Tejo e do Sado, onde a fixação se vai intensificando ao longo de todo o século XIX, à medida que as condições de vida em muitas das novas povoações piscatórias se vão agravando.⁵ Esta imensa tessitura de migrações abrange praticamente toda a costa portuguesa e as suas mais importantes estradas fluviais – de Matosinhos e da Afurada à Trafaria e à Caparica, das lezírias do Ribatejo até Lisboa e Cascais, de Sesimbra e de Setúbal a Alcácer, à península de Tróia e a Santo André –,⁶ no que parece ter constituído uma espécie de “movimento por escalas, desde um centro de menor importância para outro de maiores dimensões, através da passagem por outros locais de dimensões intermédias” (Arroteia 1984: 35).⁷ É de salientar, aliás, que já os relatórios de Lacerda Lobo para a Academia Real das Ciências, na viragem do século XVIII para o século XIX, apontavam, inequivocamente, os abusos dos rendeiros e outros detentores de privilégios como “uma das causas mais poderosas da emigração que fazem os pescadores da nossa costa” (1812: 370). No que concerne à capital, recordemos que desde as invasões francesas a afluência de populações – vindas de todos os pontos do país – não pára de aumentar. Na Madragoa e em Santos-o-Velho instalam-se colónias de varinos que mantêm a ligação à pesca.⁸ As mulheres vendem peixe por toda a cidade e cedo se tornam figuras emblemáticas da

⁵ De acordo com Maria Micaela Soares, “em data imprecisa, mas talvez não muito afastada dos finais do terceiro decénio de Setecentos, grandes migrações de *pessoal do Norte*, como se dizia, terão começado a surgir à beira-Tejo” (1991: 264).

⁶ As impressões de Raul Brandão em 1919, em Peniche, ilustram de forma extraordinária a diáspora dos pescadores da zona de Aveiro: “Estes homens morenos e ágeis, da Murtosa, da Torreira e da Afurada, tenho-os encontrado com as suas saveiras em toda a costa norte até Lisboa. Encontrei-os em Peniche, na Caparica e em Sesimbra, onde lhes chamam ilhos, nos esbeltos barcos escuros, pescando a lagosta com os roscos; encontrei-os na foz do Douro apanhando o mexoalho; ao arrasto do sável nos rios, e fisgando a solha ou a lampreia, que se apanha à noite com um candeio e um garfo atado num pau. A sua casa é o barco. Metem-se em todas as anfractuosidades da costa. Quando pressentem o temporal vão acolher-se a Peniche ou à Figueira. Andam sempre em famílias de três e quatro barcos. Acampam na areia e, com o mastro atravessado, uma panela e a lenha apanhada no mar e que desfazem em cavacos com a machadinha, traste indispensável em cada barco, acendem a fogueira como ciganos. Mas se o mar está manso e a noite é de luar, não vêm à terra. Largam a fateixa ou a poita e acendem o lume a bordo para a saborosa caldeirada. Sempre que via brilhar os fogaréus invejava profundamente aquela vida simples diante de Deus e do mar. Ao fim da pesca, que dura meses, e quando se anuncia o Inverno, recolhem à pressa às suas terras como aves emigradoras. Se o vento é de feição, em doze horas põem-se em Aveiro. Se é contrário, quando a vaga cresce e as gaivotas se metem grasnando pela terra adentro, arribam aqui e ali e levam dias a chegar a casa, onde passam com as mulheres e os filhos a época das rudes invernias” (Brandão s/d: 75).

⁷ A “importância” e as “dimensões” a que alude este trecho devem, contudo, ser relativizadas, pois o conjunto complexo de movimentações a que me refiro comporta também deslocações para locais desérticos ou fracamente povoados – que têm menos a ver com a importância e a dimensão dos lugares do que, simplesmente, com a vontade de viver melhor exercendo o ofício da pesca onde as condições se apresentassem mais favoráveis, nomeadamente no que concerne à acessibilidade aos mercados.

⁸ Diz Alfredo Mesquita acerca dos murtoseiros no Tejo: “E é curioso a respeito deles a particularidade de que arribam a Lisboa, vindos por terra, encafuados aos centos nos vagões de terceira classe, tomando cada um direito ao cais, mal desembarca, à busca da sua bateira, que por mar, carregada de tabuado, veio trazida pelos de Ílhavo, por ajuste. Os quais de Ílhavo, ‘pagos e satisfeitos’, seguem depois também por terra – enquanto os *bate-bate* (assim denominados, na gíria pitoresca do cais, de baterem na borda das bateiras, espantando o peixe para as redes), saem barra fora para o mar, à pesca de todo o peixe. E no regresso ei-los (...), descarregando a barcada no cais da Ribeira Nova, e daí

capital, onde a vida portuária proporciona sempre trabalho de ocasião, carreando o peixe para abastecer a cidade, a areia para a construção ou o carvão para as fornalhas (cf. Dias 1992). Estes fluxos – que, nas suas fases mais tardias, revelam o predomínio de migrantes do sexo feminino (Cordeiro 1997: 142 e segs.) – só estancarão no século XX, muito provavelmente no período subsequente à instauração da ditadura.

Mas, ainda na primeira metade do século XIX, inicia-se um outro tipo de movimentação populacional, de natureza radicalmente distinta daquela que tenho vindo a descrever, ainda que com esta partilhe as características sazonais; uma movimentação cujos fluxos se deslocam em sentido inverso ao das populações piscatórias, envolvendo outros protagonistas: refiro-me à descoberta, por parte da burguesia urbana, das virtudes terapêuticas da beira-mar – fenómeno que levou um número sempre crescente de pessoas a afluir sazonalmente ao litoral em busca de repouso, de saúde e de divertimento. Depois ainda – após a estação dos banhos, entre Julho e Setembro – as gentes das cidades cedem lugar aos camponeses do interior que, após o fim das colheitas, vêm também descansar durante os meses de Outubro e Novembro, para ganhar forças para o novo ano agrícola.

Num primeiro momento os pescadores deslocavam-se por mar, com as suas pequenas embarcações rebocadas pelos veleiros que faziam rotas comerciais – as enviadas;⁹ por terra, nas galeras e carroças dos almocreves (que, do interior, vinham comerciar às aldeias do litoral) e, também, a pé.¹⁰

remetendo tudo em canastras, ajoujadas em pilha nas carroças, para a estação de embarque em Santa Apolónia, donde seguem para o Norte, no comboio. (...) Ao mesmo tempo que as bateiras, aliviadas, se alam acto contínuo para o relativo repouso no Bom Sucesso, abaixo de Belém, quando não é para Valadas, Tejo acima, à pesca do bom sável...” (Mesquita 1903: 121).

⁹ Amadeu Cachim cita um escritor nascido em Ílhavo, em 1842 (Alexandre da Conceição), que diz: “Nos estaleiros de Aveiro e de Ílhavo constróem-se uns barcos de fundo chato, muito apreciados pelos pescadores do Tejo e que vão para ali pelo mar, carregados de sal ou de madeira, tripulados apenas por dois homens, que levam por único instrumento náutico um relógio de sol de trinta réis. Chamam a estes barcos “enviadas”” (citado em Cachim 1988: 18). Lopes Pereira, em *Murtosa, Gente Nossa* (1952), explica o processo de penetração dos murtoseiros nas águas algarvias, fornecendo um sentido diferente para as “enviadas”, que designariam não um tipo específico de embarcação mas uma função que lhes era atribuída nas contraviagens de cabotagem costeira: “Relata-se, assim, o evento conforme a tradição familiar o trouxe até mim: os caíques algarvios, apenas com uma vela latina triangular, o simbolismo de dois olhos pintados de cada lado da proa e nesta, um espigão rectangular como topo terminal da quilha, recoberto por um bocado de pele de carneiro de lã branca, sobressaído da ossatura do cavername, vinham a Aveiro vender os seus carregamentos de peixe salgado. No regresso, faziam de *enviadas*: levavam para o Algarve e a seguir para Olhão as bateiras dos pescadores locais e a estes, com as suas redes e aprestos adequados, por insignificante preço. Fez-se desta maneira o processo emigratório murtoseiro para ali e o rudimentar povoamento da hoje grande vila marítima” (Lopes Pereira 1982: 131).

¹⁰ Diz ainda Amadeu Cachim: “Dos homens que, durante o verão, pescavam na Torreira, em S. Jacinto, e, mais tarde, na Costa Nova do Prado, muitos deles, no fim de Outono, partiam em bandos e a pé, pela borda do mar, ou embarcados em pequenas enviadas, a fim de fazerem a safra do sável, no Tejo e no Sado, tendo a maior parte ficado por aquelas paragens, onde, na enseada entre o Cabo Espichel e o Cabo da Roca e na enseada de Setúbal, se dedicavam à pesca da sardinha. Para isso, serviam-se de umas bateiras com a proa e a popa terminadas em bico recurvado, que tinham a designação de “Ílhavas”, e usavam umas redes chamadas “Tarrafas”, que eram formadas por duas mangas de trinta ou quarenta metros de comprimento, ligadas por um quadrado, também de rede, no centro do qual se abria o saco” (1988: 16).

Mas o momento decisivo de mudança nestas deslocações – e, simultaneamente, no desenvolvimento de muitas das localidades da zona da xávega – foi o advento do caminho-de-ferro, com o estabelecimento da ligação entre Gaia e Lisboa, em 1864. O comboio permitiu não só a migração sazonal das gentes da beira-mar, a norte e a sul do Mondego – “encafuados aos centos nos vagões de terceira classe”, como diz Alfredo Mesquita (cf. acima, nota 8) – mas trouxe, também, um fluxo sempre crescente de veraneantes e turistas que vinham a banhos.

No decurso deste processo, o litoral, com as suas aldeias de palheiros, torna-se um espaço paradoxal, revelador de contrastes e ambiguidades: se para os pescadores e para a gente pobre vinda das aldeias adjacentes (a par da burguesia que vem a banhos), a beira-mar constituía um atractivo, as razões subjacentes confundem-se com os motivos que fazem desse mesmo espaço um pólo de exclusão, recebendo os excedentes demográficos das terras do interior, os pescadores que fogem de outras praias em busca de melhores condições, e repelindo sempre os mais capacitados para demandar outros locais de pesca;¹¹ simultaneamente, o crescimento das aldeias de palheiros sobre as dunas oferecia oportunidades de negócio para uma legião de pequenos comerciantes, almocreves e, também, para os agricultores que aí vinham comprar peixe e caranguejo para adubar as suas terras.

Os pescadores têm interesses óbvios que são, fundamentalmente, os da sua actividade económica – que lhes assegura, mal ou bem, a sobrevivência. Mas para além dos pescadores, que foram os primeiros a instalar-se nos areais, também os lavradores do interior sempre beneficiaram da proximidade do mar: nalguns locais, antes ainda de se povoarem as dunas, eles próprios desciam à beira-mar para pescar e, quando os primeiros pescadores se instalaram (muitos deles oriundos, justamente, das franjas mais desfavorecidas do mundo rural), beneficiavam também dos excedentes de peixe que usavam como adubo para as terras; mais tarde, foram eles que alugaram o gado para a alagem das redes e os boieiros que os comandavam, cobrando valores fixos ao dia (ou a meio dia), independentemente do rendimento da pesca, que variava consoante houvesse muito ou pouco peixe; durante a estação dos banhos, o aumento da procura de bens alimentares, decorrente da presença de todos os que vinham de fora, colocava-os em posição vantajosa, obtendo lucros na venda de frutos, legumes, leite fresco e outros alimentos;

¹¹ Orlando Ribeiro, em 1940, refere as elevadas densidades populacionais no litoral entre o Douro e o Mondego e classifica as migrações internas como uma “espécie de equilíbrio entre áreas sobrepopoadas” (Ribeiro 1940-1941). Amorim Girão, por seu turno, especifica, em 1948, as razões de ordem económica na base das deslocações de população em Portugal, apontando como causas as diferenças de densidades populacionais, as diferentes divisões da propriedade rústica, a desigualdade da fertilidade dos solos e os diferentes regimes de intensidade do seu cultivo e, finalmente, as diferenças do calendário agrícola em diversas zonas do território; os movimentos fazem-se sempre para zonas menos povoadas, das montanhas e vales para as planícies do litoral e de norte para sul (Girão 1948).

finalmente, e à semelhança do que faziam as gentes das cidades, eles próprios tiravam partido dos efeitos regeneradores da água salgada e, uma vez terminadas as colheitas, acorriam às praias para se banharem e para descansarem. Mas o momento alto das relações entre as gentes do interior e a beira-mar tinha propósitos festivos e ocorria, ciclicamente, pelo S. João.

É de salientar, ainda, que a partir do momento em que as companhas cresceram e se criaram condições de mercado capazes de garantir o escoamento do pescado, os lavradores mais abastados (e, também, alguns comerciantes e notáveis locais) viram no mar boas oportunidades de negócio, tornando-se assim detentores de quinhões nas sociedades de pesca e até mesmo senhorios de companhas. Para os que não dispunham de bens – para o proletariado rural e para aqueles a quem os sistemas de transmissão de propriedade não sorriam – também o trabalho do mar passou a constituir um recurso, dadas as necessidades de mão-de-obra exigidas pelo aumento de tamanho das redes e dos barcos. Além do mais, para os que não possuíam terras, a construção de um casebre de madeira sobre as dunas era uma solução de recurso relativamente económica, apesar do pagamento de rendas e foros aos municípios ou à administração florestal (cf. Amorim 1989: 329; Lamy 1977: 193). Paralelamente, o comércio também se implantou, com os almocreves, negociantes de sal, vinho, géneros alimentares, etc.

Os banhistas, por seu turno, não beneficiavam apenas dos banhos de mar, do sol e dos bons ares mas, também, do próprio espectáculo da beira-mar, da deslumbrante paisagem de imensidão e das actividades que nela têm lugar – ou seja, a pesca e tudo o que com esta se relaciona: o bulfício característico em redor dos palheiros, os barcos coloridos a galgarem as ondas, a azáfama que rodeia a chegada das redes, o exotismo dos gestos e dos costumes, da linguagem e do trajar daquela gente tão pobre... E mesmo após a implantação da indústria turística moderna, depois do enorme desenvolvimento dos espaços de lazer e da sua diversificação, a pesca e os pescadores – tornando-se parte integrante da paisagem – continuarão ainda a constituir atracção, satisfazendo as necessidades escópicas de quem vem de férias à praia, servindo de motivo para bilhetes-postais, fotografias, quadros e azulejos exibidos por toda a parte, em estações de caminhos-de-ferro, em cafés e restaurantes, etc.¹²

De acordo com os historiadores, a moda dos banhos em Portugal é tardia relativamente ao norte da Europa, não se conhecendo a existência destas

¹² É de salientar, também, a extraordinária atracção que a actividade das companhas exerce sobre os amadores de vídeo: no mês de Agosto – na Vieira, em Mira, no Furadouro... – os emigrantes em férias e os turistas, armados de câmara de mão, enxameiam em redor dos barcos e das redes. Algumas companhas possuem cópias destes filmes que lhes foram oferecidas pelos familiares emigrados ou por estrangeiros com quem conviveram na praia; guardam-nas religiosamente e, ocasionalmente, exibem-nas para os amigos, como provas do “valor” da arte xávega e do amor que têm pela pesca.

práticas antes dos anos 40 do século XIX (cf. Martins 1989; Vaquinhas e Cascão 1993: 453), ainda que alguns monografistas locais antecipem a descoberta numa ou duas décadas.¹³ Explicou Ramalho Ortigão, nesse curiosíssimo guia de viagens que é *As Praias de Portugal*, que “o tratamento marítimo que os doentes vão procurar nas praias, consta de três elementos distintos: a atmosfera marítima, a água do mar para uso interno, e o banho de mar” (1876: 115). A descoberta das virtudes terapêuticas dos banhos de mar, na segunda metade do século XVIII, deve-se, de acordo com Alain Corbin (1989), à divulgação médica dos ideais neo-hipocráticos e da balneoterapia dos antigos, a par, também, dos novos modos de olhar dos homens de ciência – dos naturalistas dedicados à geologia (Corbin 1989: 109 e segs.) e ao mundo vivo. O concomitante despontar de um novo modelo de apreciação da paisagem prende-se, ainda, com os sentimentos constitutivos de uma “estética do sublime”, onde “o primado da visão coloca como decisiva a atitude do espectador” (Corbin 1989: 136). O “*sturm und drang*” prenuncia o que o romantismo enraizará, pois a “invenção da montanha” (com a conquista do Monte Branco em 1787 e a moda das explorações alpestres) é, afinal, contemporânea da “descoberta” das praias.¹⁴ Entre os pré-românticos, Goethe, por exemplo, pode ser considerado, “é bom lembrá-lo, daquele tipo que os psicólogos classificam como visuais (...). A sua predileção pela vista é expressa na sua observação de que “o olho é mais importante, pois a orelha é um sentido mudo”¹⁵ (Sherrington 1949: 15); e na pintura, essa estética do sublime em que fermenta o romantismo encontra um dos seus expoentes na pintura paisagística de Caspar David Friedrich (1774-1840), onde a praia e a montanha, justamente, surgem como motivos recorrentes. Nestas novas modalidades de apreciação da paisagem evidenciam-se a ambiguidade, a indefinição

¹³ Escrevendo nos primeiros anos do século XX, o padre André de Lima afirma que, a partir de 1830, as famílias ricas do concelho da Feira começaram a construir palheiros “dum novo aspecto” nos areais de Espinho, o que era considerado “distintivo de grandeza” (1979: 29). As ditas famílias faziam da praia de Espinho, diz o padre Lima, uma “estância de repouso e veraneio” mas, nos seus apontamentos, afirma muito claramente que “só em 1867 é que começou a ser procurada como praia de banhos. Pois dessa data em diante os Condes e Marqueses da Graciosa andavam por Lisboa a chamar banhistas para Espinho” (citado em Tato 1981: 115). E os banhistas vieram mesmo, pois dispunham já, desde 1865, de apeadeiros em Esmoriz e na Granja e, a partir de 1870, passam a poder utilizar o novíssimo apeadeiro de Espinho (Brandão 1991: 28). Um outro exemplo: o padre João Vieira de Rezende – autor da *Monografia da Gafanha* (1944), prefaciada por Orlando Ribeiro – afirma que a construção de palheiros “presumivelmente de maiores dimensões” que os dos pescadores, deve-se aos “primeiros banhistas que, a partir de 1822 a 1824 começaram a frequentar a Costa Nova” (1944: 196). Os areais da Costa Nova do Prado só são colonizados depois da abertura da barra, em 1808, uma vez que o acesso dos pescadores ilhavenses a S. Jacinto se tinha tornado extremamente arriscado, devido às correntes; pela proximidade com Ílhavo, Aveiro e Vagos, a sua localização oferecia vantagens no que concerne ao escoamento do pescado, atraindo, assim, um grande número de pessoas ligadas ao comércio e ao transporte de peixe, sal, vinho, etc. e que, naturalmente, se instalavam no local mandando construir palheiros para habitação (cf. Oliveira e Galhano 1964: 44 e segs.).

¹⁴ Nas palavras de Françoise Péron, “é sob o efeito de uma idêntica conversão dos olhares que a sociedade urbana inventa ao mesmo tempo a montanha e a praia” (1994: 33).

¹⁵ Expressão em alemão, no original: “*gegen das Auge ist das Ohr ein stummer sinn*”.

e os paradoxos decorrentes das tentativas que visam, afinal, a representação do irrepresentável – como nas narrativas onde se procura exprimir o “delicioso horror” ou a “alegria terrível” experimentada perante a imensidão trágica da montanha ou do oceano (Corbin 1989: 134).

Os aspectos paradoxais da “nova economia das sensações” e das novas formas de experimentar o corpo permanecerão, contudo, muito para além da estética do sublime, revelando-se, também, no primitivismo que permeia o discurso erudito relativo à beira-mar – nomeadamente, nas tentativas de identificação caracteriológica dos seus habitantes: os pescadores têm sido descritos por analogia com o “temperamento” do mar – ora pacíficos, ora violentos, sujeitos a desejos desenfreados e conservando “o sabor das origens dos tempos”, como diz Corbin (1989: 224). Estes discursos estão impregnados de ambiguidades – mesmo ao nível dos juízos estéticos, como se depreenderá, por exemplo, daquela afirmação emblemática atribuída a um pintor que, da Praia da Vieira, teria escrito a um amigo: “Estou numa praia *horriavelmente bela*, onde apetece a gente rebolar-se constantemente na areia, pois, para qualquer lado que nos voltemos, encontramos sempre um quadro maravilhoso para pintar” (Alves 1963, *itálico meu*). O hábito da vilegiatura marítima pressupõe, portanto, a emergência de determinadas práticas corporais, sensoriais e motoras, enraizadas nas novas modalidades do desejo – ou numa “nova economia das sensações”, seguindo as palavras de Corbin, para quem “estética, moral e terapêutica (...) constituem tácticas de uma mesma estratégia” (1989: 140) na origem do sentimento romântico perante a beira-mar.

Para além dos banhos, logo pela manhã, as ocupações que preenchiam o tempo dos veraneantes incluíam os passeios – a pé, pela praia, ou de carruagem, pelos arredores – e as sextas, piqueniques, burricadas, bailes e outras actividades, como declamar, cantar, tocar piano, etc., consoante as localidades e o estrato social a que se pertencia. O jogo, porém – bilhar, cartas ou roleta – ocupava um lugar destacado relativamente ao conjunto de práticas dos banhistas. Nalgumas localidades, jogar na roleta era, verdadeiramente, “a grande febre da época dos banhos” (Martins 1989: 56).¹⁶ Para a Praia de Vieira de Leiria, as *Informações para a Estatística Industrial...*, referentes ao ano de 1862, registam já a existência nessa época de três “empresários de banhos” (cf. AA.VV. 1865: 45) – os banheiros – que não só se encarregavam de chamar os veraneantes para o banho de mar, logo pela manhã,¹⁷ como tratavam de cuidar da construção e do aluguer dos pequenos compartimentos de lona

¹⁶ Ramalho Ortigão, aproveitando para tecer uma série de incisivos comentários a propósito da proibição das casas de jogo, constata que “Na Póvoa, assim como em Espinho, na Foz, na Figueira, em todas as grandes praias, a concorrência em volta do pano verde é das mais curiosamente variadas. Homens de todas as condições sociais, proprietários, funcionários públicos, capitalistas, professores, literatos, militares com os seus uniformes, sacerdotes com as suas coroas” (1876: 52)...

¹⁷ Na Praia da Vieira, escrevia Vergílio Guerra Pedrosa, no início da década de 1930: “Acordei hoje ao som dos apitos dos arrais e das vozes dos banheiros que, de porta em porta, batem, desalmadamente, gritando: “leva arriba, que são horas de boa maré para o banho” (1933: 69).

enfileirados na praia, onde os banhistas se limpavam e trocavam de roupa. Mais tarde, em data imprecisa, as virtudes terapêuticas da água salgada revelavam-se, também, noutra forma mais sofisticada de talassoterapia: os banhos quentes, particularmente recomendados para as doenças reumáticas. Na Praia da Vieira, muitos recordam ainda as “barracas” (palheiros) dos banhos quentes para onde as raparigas, em fila, acartavam cântaros de água do mar que era depois aquecida numa caldeira e fornecida em tinas individuais aos utilizadores.¹⁸

Eça de Queirós – que viveu em Leiria e conhecia bem a Praia da Vieira – dá-nos uma imagem curiosa do paradoxo em que, segundo Corbin, assenta a moda da praia, a vilegiatura marítima, ou a “estação dos banhos”, como então se dizia.¹⁹ Amélia, a personagem central de *O Crime do Padre Amaro* (1870), vai curar o seu melancólico padecimento romântico na praia, durante a

“estação dos banhos, para ela espalhar, nos bons ares saudáveis, em lugar diferente, aquela dor. (...) Logo de manhã estava a pé! Era a hora do banho: as barracas de lona alinhavam-se ao comprido da praia; as senhoras, sentadas em cadeirinhas de pau, de sombrinhas abertas, olhavam o mar, falando; os homens, de sapatos brancos, estendidos em esteiras, chupavam o cigarro, riscavam emblemas na areia; (...) Ela saía então da barraca com o seu vestido de flanela azul, a toalha no braço, tiritando de susto e de frio: (...) toda trémula, agarrada à mão do banheiro, escorregando na areia, entrava na água, rompendo a custo a maresia esverdeada que fervia em redor. A onda vinha espumando, ela mergulhava e ficava aos saltos, sufocada e nervosa, cuspidando água salgada. Mas, quando saía do mar, como vinha satisfeita! Arfava, com a toalha pela cabeça, arrastando-se para a barraca, mal podendo com o peso do vestido encharcado, risonha, cheia de reacção. (...) Depois, de tarde, eram os passeios à beira-mar, a apanhar conchinhas; o recolher das redes, onde a sardinha toda viva ferve aos milheiros, luzidia sobre a areia molhada; e que longas perspectivas de ocasos ricamente dourados, sobre a vastidão do mar triste, que escurece e geme! (Eça de Queirós s/d: 64).

¹⁸ Não consegui obter qualquer indicação quanto ao momento em que se teriam iniciado estas práticas, nem ao momento da sua extinção, que julgo ter ocorrido na década de 1950. As únicas informações disponíveis mostram que nos anos 20, pelo menos, já existiam estabelecimentos de banhos quentes em “barracas” (palheiros): primeiro a “ti” Maria Paiva, depois o “ti” Zé Bacalhau e o Florindo Barbeiro. Uma das minhas informantes (que contava 64 anos à data da minha primeira estada na Praia da Vieira, em 1991) contou-me que durante muitos anos, juntamente com outras mulheres, carregou água para os banhos quentes; que “havia painéis, mas mais tarde ele mandou fazer canecos de zinco com duas asas, uma no fundo e outra em cima; tinha uma caldeira bastante grande com uma fornalha para a lenha de aquecer a água, e depois tinha umas torneiras para o outro lado, para a cave onde havia três banheiras em pedra, que era onde se davam os banhos quentes às pessoas que vinham, para o reumático...; para o reumático, os banhos quentes eram muito bons – para quem sofria da espinha e sofria dos ossos, e assim...”.

¹⁹ Eis o “paradoxo sobre o qual se funda a moda da praia: o mar se faz refúgio, causa esperança porque causa medo. Esperança de gozár-lo, de experimentar o terror que inspira, mas desarmando os seus perigos: tal será a estratégia da vilegiatura marítima” (Corbin 1989: 74). E ainda: “à beira do mar, ao abrigo do alibi terapêutico, no choque da imersão que mistura o prazer e a dor da sufocação, constrói-se uma nova economia das sensações. Elabora-se, para as classes ociosas, uma nova maneira de experimentar o corpo” (Corbin 1989: 108).

Entre Agosto e Setembro, a gente fina de Leiria deslocava-se em carruagens para a Praia da Vieira, como refere Eça de Queirós; e quem chegasse de comboio, utilizando a linha do Oeste, dispunha, na estação de Monte Real, de “diligências à chegada de todos os comboios”, segundo indicação de um roteiro turístico da *Sociedade Propaganda de Portugal* em 1918 (cf. AA.VV. 1918). Mais tarde, já no mês de Outubro, vinham as gentes do campo, em ranchos, nos seus burros.²⁰ “Nesta quadra do ano já os banhistas finos (senhoritos) desapareceram. Chegam todos os dias os palecos, gentes das serras, tismadas e simples. Vêm molhar o corpo enegrecido das poeiras e repousar uns dias das fadigas das vindimas e das colheitas” (Botas 1940: 100). Nas praias do norte – Espinho, Granja, Aguda, Foz, Vila do Conde e Póvoa, o fenómeno era idêntico: na Foz do Douro, por exemplo, havia um “1.º turno” – o que estancia até ao início de Outubro (gente do Porto, famílias ricas...) – e um “2.º turno”, com gente de cima do Douro (lavradores e proprietários, abastados ou remediados...), que só chega depois das colheitas (cf. Martins 1989).

Em 1888, em *As Farpas*, Ramalho Ortigão aponta também Setembro como o mês, por excelência, em que a burguesia da capital do reino se dedicava aos banhos de mar. No final de Agosto, terminava a vilegiatura em Sintra, acorrendo depois os veraneantes à praia de Cascais (até que se iniciasse a temporada no São Carlos...): “...prescrevem as praxes que a estação marítima suceda à estação de montanha. Enchem-se nesta época, até deitar por fora, as praias de banhos da baía do Tejo e do litoral, desde Setúbal até Âncora. Lisboa inteira debanda” (1991: 243). Na zona da xávega, o já mencionado roteiro turístico editado em 1918, contendo “indicações para uso de banhistas...”, faz constar, como praias de banhos, Espinho, Cortegaça, Fura-douro, Costa Nova, Torreira, Pedrógão e Vieira.

Nesta última praia, os banhistas do “2.º turno” (ou seja, os *palecos*), depois de quinze dias de praia, regressam às suas terras, “os homens a pé e as mulheres cavalgando em jumentos, começam cantando ao sair da praia, muitas vezes ao som do harmónio: “Adeus Praia da Vieira / Adeus, meu rico banheiro / A saúde vai na mesma / E a bolsa vai sem dinheiro” (Pedrosa 1933: 75). Mas para as classes ociosas,²¹ os bons ares das regiões costeiras e os banhos de mar constituíam um modo eficaz de combater o *spleen* e a melancolia (Corbin 1989: 69), sendo os seus efeitos comprovados: nas *Crónicas Portuguesas*, de 1862, Ramalho Ortigão regozija-se com o regresso dos últimos banhistas à cidade, comentando que “as meninas vêm nutridas, acrescentadas de boa cor, e notavelmente satisfeitas, o que denota por certo mais

²⁰ O apodo tópico que, na Vieira, identifica estas populações – *palecos* – deriva, justamente, do facto de se deslocarem montados em burros – *pilecas*.

²¹ A designação *classes ociosas* tornou-se corrente por alturas da revolução de 1820, por oposição às *classes do trabalho* (cf. Mendes 1993). Alain Corbin (1989: 92, 108) utiliza também esta mesma expressão.

saúde, mas produz também muito menos interesse poético do que a melancólica palidez com que nos deixaram” (citado em Martins 1989: 46). No entanto, dirá Ramalho Ortigão mais tarde, o belo sexo seria também bastante vulnerável aos poderosos estímulos do litoral:

O mar torna-nos imaginativos, faz-nos propender para a contemplação, para a ociosidade, para a vaga saudade, para a indefinida melancolia. Este estado poético é dos mais perigosos. Prostra, enfraquece, desarma o carácter. É por isso que as mulheres, à beira-mar, nos dias doces e enervantes do Outono, precisam mais do que nunca de se retemperarem na aplicação, no estudo, na actividade intelectual (Ramalho Ortigão 1876: 16).

Estas sugestões dirigidas ao sexo feminino podem ser entendidas como uma espécie de contraponto à realidade das novas modalidades do desejo, pois um dos aspectos importantes do banho prende-se, justamente, com o que Corbin identifica como o “espectáculo picante das virgens em desassossego” (1989: 90). Por isso, o traje de banho era condicionado pelo pudor e pelo “medo da violação ocular” (Corbin 1989: 93), suscitando comportamentos que, a despeito da evolução dos costumes, se manifestarão ainda com bastante clareza ao longo do século XX. Em 1949, Sousa Costa, da Academia das Ciências de Lisboa, publica um opúsculo (no âmbito das comemorações dos cinquenta anos do concelho de Espinho) intitulado “Espinho, a Praia das Nossas Avós; a Praia das Nossas Netas”: depois de descrever os trajes e o contacto com as ondas, o autor (informando que o “saco de baeta” para o banho “vigora para além da primeira Grande Guerra”) compara as jovens banhistas a “rolinhas mansas a tomar banho no bebedouro” que, “ao saírem da água, só porque a baeta molhada se lhes colava às formas, denunciando certos emblemas mais recônditos do sexo, corriam para o lençol do banheiro...” (1949: 8).

Também Vergílio Guerra Pedrosa no seu livro *Entre Mar e Terra – Cartas da Foz do Liz*, de 1933, ao descrever os banhos – o “curioso espectáculo da manhã” (1933: 69) – tornou explícitas as potencialidades de erotização do visível no espaço da praia:

... destacam-se os cabelos fulvos duma rapariga esbelta, cujos sorrisos, claros como madrugadas, anunciam alvoradas de eterno amor. A minha retina impressiona-se, dilata-se, como lente de “kodak” maravilhoso, a fixar tipos, formas e atitudes, numa interminável série de instantâneos. E, assim, eu vejo ainda... (Pedrosa 1933: 71).²²

Esta obra constitui, aliás, um caso paradigmático, pois as estratégias literárias usadas para descrever a praia e as actividades de que esta é palco e cenário,

²² Vergílio Guerra Pedrosa (1895-1952), advogado de origem vieirense que exerceu em Lisboa, onde ficou conhecido como “o leão dos tribunais”.

radicam na mais pura evocação do visivo e, também, do próprio dispositivo retiniano como garante de autenticidade. Trata-se aqui de uma forma de autenticidade assente na exaltação poética do visível, “como num filme sonoro e rápido” (Pedrosa 1933: 13) que pretende apreender “o poder mágico e sugestivo desta paisagem multifária” (1933: 14); “a magia de poder fotografar esta impressionante visão cosmorâmica” (1933: 23) – tão impressionante que o autor se confessa impotente perante magia tamanha; que lhe falta “o colorido das imagens” (Pedrosa 1933: 23). Note-se, a propósito, que a este vieirense se devem algumas das mais belas fotografias da Praia da Vieira, realizadas nos anos 20-30 e publicadas por J. Leite de Vasconcelos no seu *Boletim de Etnografia* (III, Lisboa, 1924), para além das que integram o livro citado. A voragem poética das imagens que atravessa toda a obra revela de forma clara a mais-valia de sentido produzida por quem observa e descreve a paisagem em que tem lugar a pesca e o espectáculo dos banhos de mar – “formidável cenografia era esta que me dava a ideia de um mostruário de joalheiro rico” (Pedrosa 1933: 39):

os meus olhos, na ânsia de tudo verem, alongam-se por toda a vastidão azul do horizonte. Qual observador que, em mirante sobranceiro, se enternece e comove na perscrutação visual dos grandes fenómenos, assim eu me detenho aqui, ante o cenário maravilhoso que se desenrola em frente da minha pupila atenta. Espectáculo grandioso é este, de poderosa espiritualidade, que se ergue triunfal e dominador a meus olhos e me atordoia os próprios sentidos!... (Pedrosa 1933: 19).

A necessidade de distanciamento imposta por esta modalidade do olhar implica, contudo, a omissão de partes significativas do visível. Há zonas de sombra, incómodas, marginais, que não são retratadas, por não se enquadrarem no ideário estético, ou no propósito que o autor pretendeu atribuir ao texto. Quando Vergílio Guerra Pedrosa descreve a aldeia piscatória como um velho “Kraal” marinho (1933: 58) e fotografa as barracas miseráveis dizendo, na legenda, que lembram “uma pequena aldeia fenícia” (1933: 68-69), não se trata aqui apenas da emissão de um discurso “cujo referente foi suprimido do presente do sujeito que fala/escreve” (Fabian 1983: 143); trata-se, sobretudo, de uma estratégia de distanciamento decorrente da proximidade entre o espectador burguês e os actores da tragédia da pobreza que a vilegiatura marítima faz confluír para um mesmo espaço, sendo a diferença social interpretada como distância temporal. Uma estratégia análoga pode ainda evocar cenas exóticas de outros espaços, como, por exemplo, quando Ramalho Ortigão descreve o bairro piscatório de Espinho:

No velho bairro, as ruas estreitas e tortuosas, os antigos casebres esbeiçados que pendem em ruínas esfarpadas, as saliências das varandas de pau, empenadas e barrigudas, a fogueira de pinho que está dentro ardendo no lar, as

crianças seminuas que saem à rua, as mantas ou as redes de pesca, penduradas das janelas ou estendidas a enxugar em duas varas, têm um cunho muito característico, de um pitoresco oriental (1876: 90).

De facto, o longo século XIX português é pródigo no que concerne ao “desdobramento de estratégias de distanciamento e distinção que ordenam o espectáculo social” (Corbin 1989: 99), oferecendo-nos a possibilidade de perspectivar os discursos sobre o litoral e os pescadores à luz da metáfora teatral da beira-mar espectáculo, de uma “cenografia discursiva” (Rouillard s/d) que estabelece contrastes e faz emergir sentimentos ambíguos, paradoxais, realçando as diferenças entre a cultura burguesa e a cultura popular – processo que, em termos gerais, se enquadra no cenário traçado por Irene Vaquinhas e Rui Cascão (1993) e, para a *Belle Époque* em especial, por Rui Ramos (1994). Um excelente exemplo literário do significado destas estratégias surge num romance de Júlio Diniz – *Os Fidalgos da Casa Mourisca* – quando um dos personagens, contemplando a paisagem campestre e os trabalhadores rurais, comenta:

Faz pena ver que espécie de contempladores tem a natureza para estas maravilhas. A indiferença com que estes selvagens encaram tudo isto! Repara, vê aquele labrego passar lá em baixo na ponte; olha lá se ele desvia a cabeça para algum dos lados, ou se pára um momento para gozar do belo espectáculo que dali observa. Olha para aquilo! Selvagem! Pergunta ao Tomé ou a toda essa gente que lá anda em baixo a trabalhar quantas vezes admiraram as belezas de uma noite de luar, vista do alto do outeiro pequeno, ou se o pôr-do-sol lhes produz alguma sensação na alma, a não ser a lembrança de que vão sendo horas da ceia. (...) Esta pobre gente do campo é uma parte integrante dele; não o contemplam, completam-no (1992: 23-24).²³

Neste percurso, em que se dá o reconhecimento da alteridade no semelhante, o observador situado – capaz de demarcar diferenças entre si próprio e aqueles que figuram nas suas descrições – foi-se apropriando de um espaço de visibilidade que se organiza em textos e em imagens, evidenciando não só o distanciamento do espectador em face do espectáculo mas, também, uma certa “espessura” do olhar, produzindo metáforas necessariamente diferentes das que exprimem a abundância ou a escassez do mar e os seus efeitos no quotidiano de quem dele depende. Antes do advento da moda dos banhos, os modelos de apreciação da paisagem analisados por Corbin denotavam práticas do olhar substancialmente diferentes daquelas que, a partir de finais do século XVIII, se encontram na origem do actual modo de fruir a beira-mar. A vastidão do oceano evocava o horror da incomensurabilidade, por se tra-

²³ Não posso deixar de agradecer à Emília Margarida Marques por me ter chamado a atenção para esta passagem.

tar de uma superfície onde, à semelhança dos desertos e das grandes montanhas geladas, “a visão se dissipa e se perde” (Corbin 1989: 133); para o artista, “a busca da beleza ordena que se ponha obstáculos à desmedida” e, daí, a necessidade de “impor limites à visão” (1989: 133); limites que não se impõem apenas ao olhar mas, também, ao próprio corpo que o veicula, aos seus hábitos e desejos, o que leva Corbin a assinalar a “convivência do olhar e do corpo inteiro com a paisagem” (1989: 338).²⁴

A progressiva ocupação do litoral central, ao longo dos séculos XIX e XX é, pois, um processo complexo que faz convergir para um mesmo espaço protagonismos vivenciais distintos, não só em termos de pertença de classe mas, também, em termos de experiências cognitivas, sensoriais e motoras. Acompanhando a emergência do proletariado do mar, na segunda metade do século XIX, o despontar da moda dos banhos instaura um acentuado contraste entre o trabalhador do mar e o burguês citadino, entre as mulheres dos pescadores e as senhoritas finas – actores, todos, do imenso palco no qual a apoteose do antagonismo entre o capital e o trabalho é representada de modo inédito: o trabalho da pesca faz-se espectáculo, complementando o usufruto lúdico e terapêutico da praia com a fruição de uma mais-valia escópica. Os pescadores em plena laboração, com o pitoresco das suas casas de madeira paupérrimas amontoadas nas dunas, os barcos coloridos e de perfil uniforme, as redes, o exotismo das gentes e das actividades quotidianas, são parte integrante do cenário da beira-mar e das actividades que aí se desenrolam aos olhos, maravilhados, dos veraneantes e dos turistas. A originalidade deste conjunto de interacções contrastadas entre o trabalho e o lazer não é dissociável do espaço que torna possível a sua coexistência: o litoral, ambíguo na própria definição dos seus contornos imprecisos, devido à acção conjugada das areias, dos ventos e do mar, denso de características liminares, instável, na confluência dos meios aéreo, terrestre e aquático (Cloarec e Kalaora 1994: 9).

Mas as características liminares da praia não assentam exclusivamente em factores geodinâmicos. Há, por um lado, uma dimensão mais pragmática desta questão: as próprias demarcações territoriais entre as freguesias do

²⁴ A questão das identidades parece ter constituído uma das mais significativas vertentes teóricas de alguns dos usos sociais das águas abordados no colóquio. Se o sentido sociológico da noção de *identidade* não se refere a algo de “fixo” – como observou João de Pina Cabral – mas, necessariamente, a um conjunto complexo de processos historicamente situados, então os antropólogos deverão igualmente evitar a reificação do “corpo” e proceder à desconstrução da herança racionalista, cartesiana e hobbesiana, do “corpo-máquina” (“o corpo não tem órgãos” como proclamaram, há décadas, Deleuze e Guattari...). A necessidade de um conceito capaz de dar conta da processualidade das experiências cognitivas, sensoriais e motoras impõe-se, mais do que nunca, quando falamos do “corpo” – o lugar, por excelência, dessa dimensão profundamente humana, vivida, do tempo e da vertigem da irreversibilidade que nos arrasta ao envelhecimento, à degenerescência e à morte. Contornando a equívoca tradução de “embodiment” (cf. Csordas 1990; Varela, Thompson e Rosch 1992) por “incorporação” (Almeida 1996) parece-me, portanto, semântica e epistemologicamente mais consequente, para a língua portuguesa, o uso da expressão “corporalidades” (cf. Von Uslar 1977).

litoral e a definição de direitos sobre os recursos, amiúde suscitaram, ao longo dos séculos, conflitos que envolvem os habitantes, os proprietários laicos e eclesiásticos e o Estado, através dos seus representantes e administradores (Amorim 1968 e 1986: 285) – conflitos de direitos que, aliás, não são exclusivo nacional.²⁵ Por outro lado, tanto a pesca como o lazer banhar – ambas actividades sazonais – envolvem aspectos que evocam igualmente a ideia de liminaridade: para os pescadores, o exercício da sua profissão coloca-os irremediavelmente num espaço e num tempo de risco entre a vida e a morte, salientando-se a ambiguidade que transparece nos seus discursos acerca do mar, que consideram simultaneamente “sagrado” e “maldito” – por ser, justamente, seara e cemitério – e a que chamam “cão”, “ladrão”, “esperto”, “ruim”...; que “cresce”, é “cavaleiro” e parece “não perder nunca a dor que traz”...²⁶ O romântico Júlio Diniz – na sua estada em Ovar em 1863 – parece ter apreendido esta ambiguidade, que diz ser comum aos pescadores e aos poetas:

... o homem que vive e envelhece a escutar aquela música das ondas, que do alvorecer ao crepúsculo é embalado por elas, o que alternadamente as conheceu afáveis e irritadas, que delas recebeu carícias e ameaças e as viu ora suavemente iluminadas pelo luar, ora reflectindo a luz sinistra dos relâmpagos, surpreende-se muitas vezes nestas silenciosas e inexprimíveis divagações do espírito, tão frequentes nos poetas (1997: 25).

De assinalar, também, que há três ou quatro décadas atrás, nas companhias da xávega, era corrente a prática da oração às almas do Purgatório em pleno mar, após a passagem da zona de rebentação (a “cabeça” do mar, como dizem os pescadores). No que respeita à moda dos banhos e à vilegiatura marítima, trata-se de actividades que envolvem a interrupção das actividades quotidianas normais, associando-se ao gozo das férias – período que, no ciclo anual, se enquadra numa certa forma de liminaridade. De resto, a partir do romantismo, como nota Corbin, “a praia integra-se à rica fantasmagoria das fronteiras, através das quais surgem os perigos e os encantamentos” (1989: 181) que seduzem os grandes produtores do imaginário – poetas, escritores e pintores; por um lado, os perigos potenciais desde sempre associados ao litoral – os naufrágios, os afogamentos, o mundo desconhecido das profundezas e as súbitas cóleras do oceano; por outro lado, os encantamentos da paisagem marítima – os prazeres do olhar que se perde na vastidão dos horizontes e

²⁵ Nota Alain Corbin que “O litoral, assim como a charneca e a floresta, constitui uma área de tensões potenciais. A indeterminação desses espaços, a multiplicidade dos direitos de uso e particularmente o ‘falso *poissonage*’ (direito devido ao senhor feudal para a venda de peixe num mercado) que aí se estabelece, os privilégios outorgados e as insidiosas tentativas de monopólio tornam esses lugares altamente conflitivos. A trama das anulações, das revisões e das interpretações faz de todo ‘pequeno pescador’ um usurpador potencial” (1989: 215).

²⁶ Diz-se na Praia da Vieira, quando o mar está ruim durante dias a fio, sem dar mostras de acalmia.

as vicissitudes do desejo, configurando “um fantástico suporte para a evasão e uma verdadeira catarse colectiva” (Yellès 1994: 193).

Considerando o período em que se desenvolve e enraíza a moda dos banhos e o hábito da vilegiatura marítima, nos séculos XIX e XX, há a salientar que se, por um lado, os pescadores eram maioritariamente analfabetos, por outro, as experiências produzidas no período sazonal de lazer das classes ociosas podiam ser escritas e, por isso mesmo, exaltadas literariamente, evidenciando o desempenho da visão na difusão dos imaginários associados ao mar, à praia e aos seus habitantes. Este parece, aliás, ser um factor importante na análise do olhar enquanto elemento central (mas não exclusivo) do fenómeno turístico:

muitos desses olhares são discursivamente organizados por profissionais especializados. Entre estes, incluem-se autores de livros e roteiros de viagens, agentes de viagens, estilistas e proprietários de hotéis, fotógrafos, operadores turísticos, realizadores de programas de televisão, funcionários responsáveis pelo planeamento turístico, e outros (Urry e Crawshaw 1995: 49).

E, nalguns casos, mesmo os letrados que não se enquadram na classificação de “profissionais especializados” na escrita nem integram as “classes ociosas” – como, por exemplo, os escritores vieirenses José Loureiro Botas e António Vitorino – revelam também eles na sua prosa uma acentuada propensão para o visualismo e uma perspectiva trágica da constituição da beira-mar enquanto espectáculo.²⁷

É de sublinhar, também, que a arte xávega constitui hoje, como ontem, um espectáculo muito apreciado por banhistas e turistas, portugueses e estrangeiros, sendo vulgar encontrarmos muitas máquinas fotográficas e câmaras de vídeo em acção durante as várias fases do processo haliêutico. De facto – e ao contrário do que sucede em muitas outras modalidades de pesca –

²⁷ Ao contrário dos exemplos precedentes, nas obras destes dois autores as preocupações temáticas e o carinho que é dispensado aos personagens tendem a anular o distanciamento do olhar, pela exploração das potencialidades dramáticas de uma realidade que se conhece por experiência directa, a partir “de dentro” – daí, aliás, as manifestas características “auto-etnográficas” (Pratt 1992) dos seus trabalhos. Um dos exemplos mais acabados é o do conto “Naufragados do Salsinha”, de Vitorino, que relata um grande naufrágio ocorrido na Praia da Vieira em 1907 e de que resultaram treze mortos. Neste tipo de ocorrência, o “espectáculo” impõe-se de forma brutal na relação entre os espectadores, geralmente em lugar seguro mas sem poderem acudir, e os protagonistas impotentes perante a tragédia de que são vítimas (cf. Blumenberg s/d): “Os choros de toda a gente formam uma prece de angústia e a angústia vincula-se nos rostos de toda a gente. Que belo quadro para um pintor de génio! Um quadro todo feito a tintas negras e que assim pudesse exprimir esta tragédia infinita” (s/d: 221); e, ao descrever o cortejo fúnebre dos pescadores falecidos, Vitorino evoca novamente a dimensão escópica do acontecimento: “Sim, isto daqui dá-nos uma ilusão de alto cinema. O cenário é majestoso. Que mais seria preciso para levar às gentes cultas um espectáculo de maravilha?” (s/d: 233)... Quanto à obra de José Loureiro Botas, basta dizer que ela é igualmente susceptível de uma análise baseada nas “características fotográficas” que apresenta, tendo por base “um espírito documentarista e uma inclinação para o verismo” (Bandarra 1974: 24-25), de que o conto “Frente ao Mar” – entre muitos outros – constitui um excelente exemplo.

a xávega pratica-se, quase sempre, em praias muito frequentadas por veraneantes, surgindo como um importante elemento de atracção turística referenciado nos diversos folhetos distribuídos pelas autoridades que administram as respectivas regiões de turismo – Rota do Sol (Vieira e Pedrógão), Costa de Prata (Mira, Vagueira, Furadouro) e Costa Verde (Espinho) e, também, nos impressos de promoção turística da responsabilidade das câmaras municipais ou até de juntas de freguesia. Para além da beleza das embarcações, de perfil luniforme e em cores vivas, e da animação que rodeia a chegada da rede, há uma razão – que me foi repetidamente apontada pelos próprios pescadores, em diferentes localidades – que faz da faina da xávega um espectáculo largamente apreciado por todos: esta é, talvez, a única modalidade de pesca na qual é possível ao veraneante de férias na praia apreciar visualmente, por observação directa, o modo como o peixe é trazido para terra e retirado da rede, certificando-se assim da qualidade genuína do que irá, depois, comer ao almoço, em casa ou num dos muitos restaurantes que bordejam os areais. Insistem os pescadores que nenhum peixe vindo de fora poderá jamais rivalizar com o peixe fresco, pescado no próprio local e consumido no mesmo dia.

No que concerne à esfera da experiência dos turistas e veraneantes diria, em síntese, que: a) a relevância do que concerne à esfera da visão não se encontra associada a um modo de vida específico, ou ao trabalho, mas à fruição lúdica ou terapêutica da praia em períodos de lazer; b) a apreciação do “espaço abrangido pelo olhar” (segundo a expressão de Paul Vidal de la Blache) é de ordem subjectiva; c) os sentidos dessa apreciação são partilhados na medida em que podem difundir-se pela via artística, plástica ou literária, impulsionadora dos imaginários; d) conseqüentemente, revelam uma grande amplitude de valorações de ordem estética, estendendo-se ainda às características morais, e outras, dos trabalhadores do mar e das suas actividades, enquanto parte integrante da paisagem.

Em contraste, no mundo dos pescadores: a) a especificidade dos modos do olhar diz respeito, fundamentalmente, ao trabalho e envolve o conhecimento do comportamento dos diversos elementos constitutivos do interface (os ventos, as marés, as areias...) e dos seres vivos que nele se encontram (peixes e aves, nomeadamente); b) a apreciação da paisagem implica uma leitura dos signos (no céu e no mar, mais do que em terra) capazes de orientar a sua utilização para fins produtivos, pelo que a dita apreciação tende a ser consensual; c) o consenso emerge da interacção entre os agentes perante situações específicas com as quais se confrontam quotidianamente no decurso da sua actividade (por exemplo, discutindo o que observam quando decidem que “o mar é muito” e não oferece condições para que os barcos passem a rebentação); d) a apreciação é partilhada com base na experiência e tem a ver, primeiramente, com factores de ordem técnica inerentes às próprias possibilidades do exercício da pesca estando, conseqüentemente, sujeita a uma

valoração segundo critérios pragmáticos precisos e susceptíveis de validação empírica.

Mas o aspecto que mais evidencia a peculiaridade das práticas do olhar associadas à pesca da xávega e ao modo de vida daqueles que vivem do mar é, como disse de início, o idioma da inveja. Parece assim incontornável, neste contexto, a problematização da “actividade desejanete”, na medida em que esta diz directamente respeito ao próprio fundamento das relações sociais, à *intencionalidade* da acção motivada dos agentes históricos e à *intersubjectividade* que lhe dá sentido. Vejamos: as “raivas” e a inveja não emergem apenas por via do sobrenatural nas situações de má-roda, mas também através da componente mimética envolvida no reconhecimento dos signos visíveis do bem-estar material e, correlativamente, do prestígio que lhe está associado. Para os trabalhadores do mar, a incerteza na captação dos recursos facilmente cede lugar a um desejo desenfreado de tentar obter mais ganhos, arriscando constantemente e capitalizando, em caso de sucesso, o prestígio conferido pelos riscos e pelos esforços que se enfrentam na vida da pesca. Revelam-se, deste modo, os conflitos decorrentes do desfasamento entre as expectativas criadas pelas necessidades (que são muitas, visto tratar-se de meios onde impera a pobreza e a exclusão) e os meios de as realizar. Este desfasamento – a ausência de uma relação de causalidade previsível entre o trabalho e o rendimento – sugeriu-me o desencadear de uma “pulsão de ordem escópica” (Cartry 1978) emergindo conjunturalmente nas ocasiões em que o desejo é confrontado com os seus próprios limites. Assim, é o próprio reconhecimento das diferenças investidas pelo olhar que se constitui como metáfora da incerteza e da imprevisibilidade dada no conjunto de relações entre a comunidade, o meio de onde retira a subsistência, e o trabalho que lhe dá também um forte sentimento identitário; e é, justamente, ao sistema de encadeamentos metonímicos dado nesse conjunto de relações, tal como se revela na acção – da qual, aliás, não é dissociável – que aplico a designação de idioma da inveja.

Este “excesso” do desejo associado ao sentido da visão relembra-nos ainda, por um lado, que a pesca pode ser entendida como uma “ocupação extrema” (Tunstall 1962: 13), tal como, por exemplo, as actividades que se desenrolam em cenários como o deserto ou as minas e que nos remetem incessantemente para os limites, para as margens...²⁸ Por isso, o mar apela para a “esfera do incalculável, da ausência de lei, da desorientação” (Blumenberg s/d: 22) e surge recorrentemente como “limite natural do espaço

²⁸ “O olhar, que garante à nossa consciência uma abertura para fora do lugar que ocupa o nosso corpo, constitui, no sentido mais rigoroso, um excesso” (Starobinski 1997: 14). A natureza deste excesso pode caracterizar-se como “... a energia impaciente que habita o olhar e que deseja algo para além do que lhe é dado: (1997: 10), sendo que “esta impaciência habita todos os sentidos” (1997: 12) e, portanto, não diz exclusivamente respeito ao olhar.

dos empreendimentos humanos” (Blumenberg s/d: 22), lugar da desordem e do incompreensível, do medo e da repulsa (Corbin 1989). Por outro lado, as figuras de “excesso” associadas à actividade piscatória surgem também em contextos etnográficos radicalmente diversos, como, por exemplo, entre os Bambara: de acordo com o mito, a rede de pesca foi a primeira técnica que Faro, o criador, doou aos homens e o peixe o seu primeiro alimento. Esta dádiva foi concedida a quatro mulheres que abusaram da oferta pescando ininterruptamente dia e noite. Faro decidiu, então, retirar-lhes o dom e confiá-lo aos homens, cabendo-lhes a elas apenas o direito de venderem o peixe. A conexão com o sentido da visão surge, justamente, nas expressões que designam redes de malha pequena – *dyonyemise*, rede de olhos estreitos – e redes de malha larga – *dyonyekumba*, rede de olhos grandes (Dieterlen 1988: 125-126). Em Esmoriz, dizem os velhos que “as redes não são cegas”, isto é, que são “pescarejas”; se, ao invés, as redes tiverem defeitos e estiverem mal preparadas, então “já não cegam o peixe”, ou seja, já não o apanham; e é fascinante verificar como, um pouco por todo o mundo, o infortúnio e as explicações acerca da sorte na pesca surgem, frequentemente, associadas a metáforas relativas aos sentidos (cf. van Ginkel 1994). A acuidade visual necessária ao exercício da pesca, por um lado, e a “invisibilidade” do peixe num meio cujas propriedades diferem substancialmente do meio “terrestre”, por outro, são aspectos sublinhados por diversos antropólogos que trabalharam junto de comunidades piscatórias – por exemplo, Geoffrey R. Stiles (1972: 46), Michael K. Orbach (1977: 80-86), E. Paul Durrenberger e Gísli Pálsson (1986: 213), Gísli Pálsson (1991: 61-62) e Antonius Robben (1989: 239).

Os historiadores, por seu turno, também registaram este “excesso” do sentido da visão entre as populações marítimas. Alain Cabantous, apoiado em materiais referentes aos séculos XVI-XIX, escreve:

O mar, instigador de uma percepção do tempo diferente entre os marítimos, sugere evidentemente uma percepção do espaço também diferente. (...) ... tudo o que pode ser útil para se anteciparem ao perigo, prever as manobras, preparar a pesca, desenvolveu provavelmente nesta população um grande sentido de acuidade visual, menos bem servido nas sociedades tradicionais da primeira modernidade, nas quais os limites da paróquia, do bairro ou da rua demarcam frequentemente os horizontes. As gentes do mar substituem o primado do ouvido e do tacto pelo da visão (Cabantous 1990: 118).²⁹

²⁹ Existem, no entanto, relatos etnográficos que apontam também a importância de outros sentidos. Entre os pescadores malaios – e, muito provavelmente, noutros locais – não é o sentido da vista, mas da audição, que é privilegiado: a etnografia de Raymond Firth diz-nos que os pescadores malaios *ouvem* o peixe penetrando no seu próprio meio, isto é, mergulhando nas águas; daí que – contrariamente ao que sucede em muitos outros contextos etnográficos, incluindo o litoral central português – “as grandes redes não [sejam] nunca lançadas ao acaso” (Firth 1971: 101).

Devo sublinhar que o fenómeno da inveja, contudo, assume contornos que vão muito para além da sua dimensão estritamente visual, não sendo susceptível, portanto, de se reduzir a uma mera prática do olhar – e o mesmo é válido, também, para a vilegiatura marítima: “o olhar, que forma e é formado, excedendo largamente o carácter orgânico da visão, estrutura a relação que qualquer sociedade mantém com o seu meio, no interior do seu próprio ecossistema” (Sauvageot 1994: 11). Como vimos, ambas as modalidades se intersectam na conjugação dos diferentes usos do espaço liminar do interface e em tudo o que nelas releva do desejo e das pulsões de ordem escópica em que este se produz e do qual, simultaneamente, é produto. E porque o conhecimento não é dissociável da experiência do mundo e esta não se reduz àquele, estas diferentes modalidades do olhar pertencem também, e sobretudo, à esfera das motricidades, da interacção dos desempenhos, no trabalho e na vida quotidiana, onde adquirem a sua visibilidade.

Um derradeiro exemplo literário, notável, pela clara associação do mar à actividade desejanter, evidencia, uma vez mais, a natureza escópica das pulsões suscitadas no espectador pelo cenário da praia, revelando-nos o procedimento naturalista de distanciamento e os jogos do imaginário implícitos na proximidade contrastante com o “outro”. Trata-se de um excerto de uma carta de Manuel Laranjeira ao pintor António Carneiro, datada de 1908:

... o mar é o símbolo da inquietude da nossa alma, que nos faz andar sempre – a desejar, a desejar, a desejar sem fim. Pela gente do mar também já eu tive esse seu carinho. Hoje reconheço que tal sentimento era uma sentimentalidade artística. Essa gente é tão desgraçada que nem piedade inspira. Quanto muito a simpatia humilhante que se tem pelos estropeados de nascença. Compreendo o seu carinho por eles: é um carinho de artista. Essa gente tem nos olhos uma expressão vaga e misteriosa de quem abrange planuras e bebe coisas longínquas – como o mar. É um olhar que parece contemplar o infinito.

Nada disso: aquele olhar não vem de dentro, da alma deles: é o reflexo do mar, da alma do mar. Por isso é tão belo, por isso é um olhar infinito. Compreendo o seu carinho. Também eu me iludi, enquanto os não vi com olhos de naturalista. Creia, eles, no fundo, são uma raça miserável e desgraçada, tão desgraçada que até os sentimentos mais elementares de solidariedade têm pervertidos. Aqui em Espinho, pelo menos. Eu exemplifico com um facto que aqui é vulgar, tão vulgar, que é quotidiano. Um pescador pede uma esmola para comprar pão para os filhos que estão em casa com fome de dias – amigo, de dias! Dão-lhe. Vai gastá-la na taberna até cair de bêbado, se a esmola der para tanto. Nem sequer se lembrou que em casa os filhos estão há dias sem pão.

Já é ser espantosamente desgraçado!

Estou de acordo consigo no que me diz acerca dessa pobre (bem pobre) gente do mar, como assunto de arte.

De resto, para o artista, que importa, em último caso, que a expressão infinita

do olhar dessa pobre gente seja um reflexo da alma deles ou da alma do mar? O certo é que é bela, prodigiosamente bela” (citado em Silva 1992: 284).

Finalmente, quero sublinhar que não se trata aqui, como é óbvio, de hipostatizar os “sentidos” (Ingold 2000), de reproduzir acriticamente o estatuto do olho imperial (Pratt 1992), de fazer profissão de fé do oculocentrismo do Ocidente (Jay 1988; 1994) e, muito menos, das concomitantes práticas de “vigiar e punir” (Foucault) sobre as quais assenta o desenvolvimento dos modernos estados europeus. Se assim fosse, justificar-se-ia, talvez, o apelo de David Howes: “resistamos à hegemonia da faculdade visual (...) e à ordem imperialista que ela reforça” (1991: 19). A questão coloca-se noutros termos. Por um lado, há que considerar os constrangimentos impostos pelo discurso antvisual do pensamento francês do século XX (Jay 1994), e a sua influência na vaga pós-modernista americana a partir de *Writing Culture...*, pelo que não é de estranhar que a ausência de interesse pela dimensão visual das relações sociais, na sociologia europeia, se tenha tornado notada em ambos os lados do Canal da Mancha.³⁰ Por outro lado, ainda, há que atender ao facto de que este estatuto privilegiado da visão parece não ser exclusivo do Ocidente, encontrando-se documentado em diversos contextos etnográficos, dado o interesse crescente pelo corpo e pelos sentidos na antropologia das últimas duas décadas (cf. Howes 1991, Synnott 1993, Classen 1993). Dois breves exemplos: entre os pukapukans estudados por Robert Borofsky, “kite” significa ver, observar, testemunhar, e também conhecer ou possuir conhecimento. Diz o autor – de acordo com um estudo de Arne Koskinen, de 1968 – que “a maior parte das culturas polinésias têm uma orientação visual para o conhecimento” (Borofsky 1990: 82); e, num âmbito que nos é mais familiar, o saudoso Paulo Valverde referiu-se ao que considerou um tema obsessivo em São Tomé: “a feitiçaria e o poder conexo dos olhos” (Valverde 2000: 74). Partindo do estudo das *tragédias* do teatro popular são-tomense para a análise das práticas dos curandeiros e para a feitiçaria, Paulo Valverde colocou a questão de forma clara: “O olhar é investido de uma hiperelaboração simbólica e é considerado como um *locus* de agencialidade. Pelos olhos é possível transformar as relações sociais, reconfigurar o corpo e o eu de outras pessoas e, inclusive, reformular, por extensão, os limites da realidade (...)” (Valverde 2000: 50),

³⁰ “O olhar está no centro de todas as nossas actividades. Inscreve-se, com efeito, em qualquer relação com outrem. A visão baseia-se na acção, ao mesmo tempo que a comanda e que fixa a experiência. A visão é assim um facto social da maior relevância e é espantoso que os sociólogos não lhe tenham dedicado o interesse que a sua importância mereceria, deixando aos psicólogos e cognitivistas o campo da percepção visual, sem nunca salientar suficientemente a sua dimensão sociocultural” (Sauvageot 1994: 7); “O mundo moderno é em grande medida um fenómeno ‘visto’. Contudo, a sociologia, que é ela mesma em vários sentidos o discurso emergente da modernidade, tem sido bastante negligente na sua abordagem das convenções culturais oculares e, em consequência, tornou-se algo inarticulada no que diz respeito à dimensão visual das relações sociais” (Jenks 1995: 2).

sendo que o “o forro é rico em metáforas ópticas: por exemplo, o *uê blúco* (o mau olhar), o *uê inchá* e o *uê glôço* (o ‘olho cheio’ e o ‘olho grosso’ ou inveja), o *uê léve* (o ‘olho leve’, a capacidade de ver defuntos)” (Valverde 1998: 243).

Regressando agora ao litoral central diria, em síntese, que tal como as leis da hidrodinâmica impõem uma mesma geometria fusiforme aos peixes, aos grandes cetáceos e aos cascos dos navios (Leroi-Gourhan 1984: 256), também o mar parece impor aos que o buscam algumas das suas propriedades e características específicas que, noutras situações (noutros tipos de “usos sociais da água”...) não se afiguram como relevantes – nomeadamente, as suas características rítmicas e sazonais. É em função da conjugação da regularidade das marés e do retorno periódico da suas fases de maior intensidade, dos ciclos lunares e do regime dos ventos, com a imprevisibilidade das acalmias e das súbitas fúrias do oceano que se desenham os contornos dos fenómenos a que tenho vindo a consagrar a minha atenção, procurando situar contextualmente o problema do aleatório (Nunes 1999). Como não será difícil de perceber, estes aspectos rítmicos são cruciais na vida dos pescadores, exigindo-lhes uma acuidade visual permanente na vigilância do oceano e na respectiva interpretação dos signos indiciadores do seu comportamento, seja na própria superfície da grande massa líquida ou nos elementos que lhe são contíguos, na atmosfera e no céu: as ondas e os seus modos e locais de rebentação, os ventos, as aves, as nuvens, a lua e as estrelas. Não é de estranhar portanto que, no litoral central, a “teoria” do infortúnio das gentes do mar se estruture em torno de duas imagens poderosas, com raízes históricas e culturais profundas: a roda – como expressão dos revezes da fortuna, das “rupturas do equilíbrio rítmico” periódico (Leroi-Gourhan 1987: 88) e da sucessão dos acasos na alternância entre escassez e abundância – associada à imprevisibilidade do mar (“rodas de mar”) e aos repetidos insucessos na pesca (“má-roda”); e o olho – ou o olhar, a agencialidade da visão – enquanto veículo do idioma da inveja em que se expressam as relações sociais entre as companhas, os seus membros e respectivas famílias.

A sazonalidade que condiciona a possibilidade da captação dos recursos marinhos por parte dos pescadores conjuga-se com os períodos de lazer mais propícios à frequentação das praias, evidenciando contrastes de enorme significado sociológico e cognitivo. Em ambas as vertentes – lúdica e produtiva –, os usos sociais das águas marítimas dependem de ritmos sazonais que exigem práticas de vigilância e treino visual constantes. As práticas de lazer e os usos mágico-religiosos da água impõem a perscrutação das ondas, seja para os banhos rituais dados pelos banheiros – os “banhos santos” – ou para os banhos de motivação terapêutica e profiláctica, seja para o socorro a naufragos e para o resgate de banhistas em risco de afogamento. Se, por um lado, o exercício da actividade piscatória assenta num “saber ver” que permite ler e interpretar os signos do mar, do céu e dos ventos, reconhecendo o perigo ou os indícios de boas marés, as práticas de lazer balnear, por outro lado,

apelam aos devaneios do olhar e sugerem as inquietações do desejo e os estados meditativos.

Os imaginários associados ao mar têm, pois, uma fecundante dimensão escópica: espreitar o mar, adivinhar-lhe as ânsias, as cóleras, os ritmos... é não só uma necessidade da própria natureza ocupacional dos marítimos mas, também, um apelo de ressonâncias oníricas e desejantes, à cadência das metamorfoses da Lua e da inesgotável musicalidade pulsante, monótona, misteriosa e entorpecente do oceano. Por isso, os ciclos de 28 dias constituem, seguramente, um indicador da pregnância metafórica da imagem da roda: a alternância da fecundidade do mar com a sua esterilidade periódica e sazonal, o confronto com a sorte e com a morte ou, noutros termos, a experiência prática do Bem e do Mal – do infortúnio que sempre atinge alguma companha ou as parentelas que as dinamizam. “Hoje por ti, amanhã por mim...”, como se diz nas companhas da Praia de Esmoriz.

A componente desejante revela-se tanto no idioma da inveja que permeia a vida das companhas, como na erotização do visível que acompanha as novas formas de experimentação sensorial e motora decorrentes da divulgação dos banhos de mar e do lazer balnear. Assim, impõe-se a necessidade de problematizar os imaginários associados às águas marítimas, atendendo ao facto de que são as suas características rítmicas que induzem os “excessos” do olhar que verificamos nos dois grupos de utilizadores das margens oceânicas e nos contrastes entre as suas práticas – pescadores e banhistas, entre o idioma da inveja e a “nova economia das sensações”, onde se confundem o prazer, o medo, o desejo e os fantasmas da violação ocular (Corbin 1989: 93-94). Ao contrário do que se verifica, por exemplo, no âmbito dos usos termiais da água, em que os sentidos do tacto, do olfacto e do paladar são determinantes (cf. Quintela 2001: 364), as águas marítimas parecem comprometer profunda e inequivocamente o olhar dos agentes envolvidos nas suas utilizações; num caso, pelas próprias exigências da faina haliêutica, no outro, pelo tipo peculiar de consumo visual implícito na exploração turística do litoral, seja pela mera contemplação da paisagem, seja pela possibilidade da sua exaltação em registo literário ou plástico.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., 1865, *Informações para a Estatística Industrial Publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas: Districtos de Leiria e Funchal*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- AA.VV., 1918, *As Nossas Praias: Indicações Gerais para Uso de Banhistas e Turistas*, Lisboa, Sociedade Propaganda de Portugal.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 1996, “Corpo Presente: Antropologia do Corpo e da Incorporação”, Miguel Vale de ALMEIDA (org.), *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*, Oeiras, Celta Editora.
- ALVES, Olímpio Duarte, 1963, *Monte Real, Costumes e Tradições das Terras de Ulmar*, Leiria.
- AMORIM, Aires de, 1968, “Para a História de Ovar: o Cabido da Sé do Porto Defende os Limites Territoriais de Cabanões contra Válega, Beduído, Arada, Maceda, Cortegaça e Mira”, *Aveiro e o seu Distrito*, 6, 21-33.

- , 1986, *Esmoriz e a Sua História*, Esmoriz, edição da Comissão de Melhoramentos.
- , 1989, *Achegas para o Estudo da História Local*, Esmoriz, edição da Comissão de Melhoramentos.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1984, *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*, ADERAV – Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, edição subsidiada pelo Governo Civil de Aveiro e câmaras municipais da Murtoza e Ílhavo.
- BANDARRA, Leonor, 1974, *As Gramáticas Convencionais de José Loureiro Botas*, Braga, Cadernos de Cultura Parábola.
- BLUMENBERG, Hans, s/d, *Naufágio com Espectador*, Lisboa, editorial Vega.
- BOROFSKY, Robert, 1990 [1987], *Making History: Pukapukan and Anthropological Constructions of Knowledge*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOTAS, José Loureiro, 1940, *Litoral a Oeste, Contos e Novelas*, Lisboa, Portugália Editora, 2.ª edição.
- BRANDÃO, Francisco Azevedo, 1991, *Anais da História de Espinho (895-1926)*, edição patrocinada pela Câmara Municipal de Espinho e pela Junta de Freguesia de Espinho.
- BRANDÃO, Raul, s/d, *Os Pescadores*, Porto, Publicações Anagrama.
- BRAUDEL, Fernand, 2001, *Memórias do Mediterrâneo: Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar.
- CABANTOUS, Alan, 1990, *Le Ciel dans la Mer: Christianisme et civilization maritime, XVI-XIX siècles*, Paris, Fayard.
- CACHIM, Amadeu, 1988, *Os Ílhavos, o Mar e a Ria*, Câmara Municipal de Ílhavo.
- CARTRY, Michel, 1978, “Les Yeux Captifs”, *Systèmes de Signes: textes en hommage à Germaine Dieterlen*, Paris, Hermann.
- CLASSEN, Constance, 1993, *Worlds of Sense: Exploring the Senses in History and Across Cultures*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- CLOAREC, Jacques, e Bernard KALAORA, 1994, “Introduction”, *Études Rurales*, 133-134.
- COLE, Sally, 1994 [1991], *Mulheres da Praia: o Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CORBIN, Alain, 1989 [1988], *O Território do Vazio: a Praia e o Imaginário Ocidental*, São Paulo, Editora Schwarcz, Companhia das Letras.
- , 1990, “Histoire et Anthropologie Sensorielle”, *Anthropologie et Sociétés*, 14 (2), 13-24.
- CORDEIRO, Graça Índias, 1997, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- CSORDAS, Thomas J., 1990, “Embodiment as a Paradigm for Anthropology”, *Ethos*, 18 (1), 5-47.
- CUNLIFFE, Barry, 2001, *Facing the Ocean: the Atlantic and Its Peoples*, Oxford, Oxford University Press.
- DIAS, Marina Tavares, 1992, *Lisboa Desaparecida*, vol. III, Lisboa, Quimera Editores.
- DIETERLEN, Germaine, 1988 [1950], *Essai sur la Religion Bambara*, Bruxelas, Éditions de l'Université de Bruxelles.
- DINIZ, Júlio, 1992, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- , 1997, *O Canto da Sereia*, Câmara Municipal de Ovar.
- DURRENBERGER, E. Paul, e Gísli PÁLSSON, 1986, “Finding Fish: the Tactics of Icelandic Skippers”, *American Ethnologist*, 13 (2).
- EÇA DE QUEIRÓS, s/d [1870], *O Crime do Padre Amaro*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- FABIAN, Johannes, 1983, *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- FIRTH, Raymond, 1971 [1946], *Malay Fishermen: Their Peasant Economy*, Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd.
- GIRÃO, Amorim, 1948, “Estudos da População Portuguesa III: Migrações Internas (1890-1940)”, separata de *Biblos*, XXIV.
- HOWES, David, 1991, “Introduction: to Summon All the Senses”, David HOWES (org.), *The Varieties of Sensory Experience*, Buffalo, Londres, Toronto, University of Toronto Press.
- INGOLD, Tim, 2000, “Stop, Look and Listen! Vision, Hearing and Human Movement”, Tim INGOLD, *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- JAY, Martin, 1988, “Scopic Regimes of Modernity”, Hal FOSTER (org.), *Vision and Visuality*, Seattle, Bay Press, 3-23.
- , 1994, *Downcast Eyes: the Denigration of Vision in Twentieth-Century French Thought*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- JENKS, Chris, 1995, “The Centrality of the Eye in Western Culture: an Introduction”, Chris JENKS (org.), *Visual Culture*, Londres, Routledge, 1-25.
- LAMY Alberto de Sousa, 1977, *Monografia de Ovar, vol. I, Da Idade Média à República*, Ovar.

- LEROI-GOURHAN, André, 1984, *Evolução e Técnicas II: o Meio e as Técnicas*, Lisboa, Edições 70.
- , 1987 [1965], *O Gesto e a Palavra 2: Memória e Ritmos*, Lisboa, Edições 70.
- LIMA, André de, 1979 [1903], “Espinho, Breves Apontamentos para a Sua História”, *Espinho – Boletim Cultural*, 1 (1).
- LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, 1812, “Memória sobre a Decadência das Pescarias em Portugal”, *Memórias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo IV, Lisboa, na typographia da mesma Academia.
- LÖFGREN, Orvar, 1979, “Maritime Ecotypes in Preindustrial Sweden”, Raoul ANDERSEN (org.), *North Atlantic Maritime Cultures: Anthropological Essays on Changing Adaptations*, The Hague, Mouton Publishers.
- LOPES PEREIRA, 1982 [1952], *Murtosa, Gente Nossa, Murtosa*.
- LOWE, Donald M., 1982, *History of Bourgeois Perception*, Brighton, The Harvester Press.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha, 1989, “Banhistas de Mar no Século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, V, I série.
- MENDES, J. Amado, 1993, “As Camadas Populares Urbanas e a Emergência do Proletariado Industrial”, José MATOSO (org.), *História de Portugal, vol. V: O Liberalismo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- MENDES, Paulo Daniel, e Inês Salema de MENEZES, 1996, *Se o Mar Deixar: Comunidade e Género numa Povoação do Litoral Alentejano*, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MESQUITA, Alfredo, 1903, *Lisboa: Compilação e Estudo por Alfredo Mesquita*, Lisboa, Empreza da História de Portugal, col. Portugal Pittoresco e Ilustrado.
- NUNES, Francisco Oneto, 1993, *Vieira de Leiria: a História, o Trabalho, a Cultura*, Vieira de Leiria, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- , 1999, “O Problema do Aleatório: da Coerção dos Santos ao Idioma da Inveja”, *Etnográfica*, III (2), 271-291.
- OLIVEIRA Ernesto Veiga de, e Fernando GALHANO, 1964, *Palheiros do Litoral Central Português*, Lisboa, IAC – Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- ONG, Walter J., 1967, *The Presence of the World: Some Prolegomena for Cultural and Religious History*, New Haven, Yale University Press.
- ORBACH, Michael K., 1977, *Hunters, Seamen, and Entrepreneurs: The Tuna Seinermen of San Diego*, Berkeley, University of California Press.
- PÁLSSON, Gísli, 1991, *Coastal Economies, Cultural Accounts: Human Ecology and Icelandic Discourse*, Manchester University Press.
- PEDROSA, Vergílio Guerra, 1933, *Entre Mar e Terra: Cartas da Foz do Lis*, Leiria, Tipografia Leiriense.
- PÉRON, Françoise, 1994, “Fonctions sociales et dimensions subjectives du littoral”, *Études Rurales*, 133-134.
- PRATT, Mary Louise, 1992, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- QUINTELA, Maria Manuel, 2001, “Turismo e Reumatismo: Etnografia de uma Prática Terapêutica nas Termas de S. Pedro do Sul”, *Etnográfica*, V (2), 359-374.
- RAMALHO ORTIGÃO, 1876, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz.
- , 1991, *As Farpas VI (1888)*, Lisboa, Clássica Editora.
- RAMOS, Rui, 1994, “A Invenção de Portugal”, José MATOSO (org.), *História de Portugal, vol. VI, A Segunda Fundação (1890-1926)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 565-595.
- REZENDE, João Vieira de, 1944, *Monografia da Gafanha*, publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Coimbra, 2ª edição, correcta e aumentada.
- RIBEIRO, Orlando, 1940-1941, “Deslocamentos da População em Portugal”, *Revista da Faculdade de Letras*, VII (1-2).
- ROBBEN, Antonius C. G. M., 1989, *Sons of the Sea Goddess: Economic Practice and Discursive Conflict in Brazil*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- ROUILLARD, Dominique, s/d, *Le Site Balnéaire*, Liège, Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur.
- SAUVAGEOT, Anne, 1994, *Voirs et Savoirs: Esquisse d'une Sociologie du Regard*, Paris, PUF.
- SHERRINGTON, Charles, 1949, *Goethe on Nature and on Science, the Philip Maurice Deneke Lecture Delivered at Lady Margaret Hall, Oxford, on the 4th March 1942*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVA, Orlando da, 1992, *Manuel Laranjeira, 1877-1912: Vivências e Imagens de uma Época*, Santa Maria da Feira.
- SOARES Maria Micaela, 1991, “Varinos”, *O Trabalho e as Tradições Religiosas no Distrito de Lisboa*, Exposição de Etnografia, Governo Civil de Lisboa.

- SOUSA COSTA, 1949, *Espinho, a Praia das Nossas Avós; a Praia das Nossas Netas*, publicação integrada nas Comemorações do Cinquentenário do Concelho de Espinho, Porto, 1949.
- STAROBINSKI, 1997 [1961], *L'Oeil Vivant*, Paris, Gallimard.
- STILES, Geoffrey R., 1972, "Fishermen, Wives and Radios: Aspects of Communication in a Newfoundland Fishing Community", Raoul ANDERSEN, e Cato WADEL (orgs.), *North Atlantic Fishermen: Anthropological Essays on Modern Fishing*, Memorial University of Newfoundland.
- STOLLER, Paul, 1990 [1989], *The Taste of Ethnographic Things: the Senses in Anthropology*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
- SYNNOTT, Anthony, 1993, *The Body Social: Symbolism, Self and Society*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- TATO, Joaquim, 1981, "Subsídios para a História de Espinho", *Espinho – Boletim Cultural*, III (10).
- TUNSTALL, Jeremy, 1962, *The Fishermen*, Londres, MacGibson & Kee.
- URRY, John, e Carol CRAWSHAW, 1995, "Turismo e Consumo Visual", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 47-67.
- VALVERDE, Paulo, 1998, "Carlos Magno e as Artes da Morte: Estudo Sobre o Tchiloli da Ilha de São Tomé", *Etnográfica*, II (2), 221-250.
- , 2000, *Máscara, Mato e Morte em São Tomé*, Oeiras, Celta Editora.
- VAN GINKEL, Rob, 1994, "One Drop of Luck Weighs More than a Bucketful of Wisdom: Success and the Idiom and Ideology of Dutch Shellfish Planters", *Ethnologia Europea*, 24 (2), 155-166.
- V AQUINHAS, Irene, e Rui CASCÃO, 1993, "Evolução da Sociedade em Portugal: a Lenta e Complexa Afirmação de uma Civilização Burguesa", José MATOSO (org.), *História de Portugal*, vol. V: *O Liberalismo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- VARELA, Francisco, Evan THOMPSON, e Eleanor ROSCH, 1992, *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*, Cambridge e Londres, MIT Press.
- VITORINO, António, s/d, *Gente de Vieira*, Lisboa, edição do autor.
- VON USLAR, D., 1977, "Pressupostos Ontológicos da Psicologia", Hans-Georg GADAMER, e P. VOGLER (orgs.), *Nova Antropologia 5: Antropologia Psicológica*, São Paulo, Editora Pedagógica Universitária.
- YELLÈS, Nacima, 1994, "Regards sur le littoral", *Études Rurales*, 133-134.

Francisco Oneto Nunes

WORK BECOMES SPECTACLE: FISHING, BATHS AND THE MODALITIES OF SIGHT

Considering that the geographic, historical and sociological variability of the contexts where human activities are developed generates potentially different modalities for the use of the senses, the article tries to identify the different social meanings given to the practices of sight among sea workers and other seasonal characters who use the ocean margins – tourists, "swimmers" and other fans of beach leisure. This contrast is thus perceived through the different ways the beach is used, which reveal the power relations and the "excesses" of desire that are implicit in the co-existence of such practices and in their historical processes of constitution.

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
Departamento de Antropologia do ISCTE
francisco.oneto@iscte.pt

